

ALERTA A TODOS OS TRABALHADORES:

O assunto da Reestruturação continua na ordem do dia e no cume das preocupações e da acção da Direcção deste Sindicato. Após longa elaboração, chegámos a um momento decisivo e confiamos em que pouco faltará para que a desejada Reestruturação veja a luz do dia, na sua forma legal e definitiva.

Mas que fique bem claro que não aceitaremos também qualquer reestruturação mas sim aquela que há muito foi negociada entre a Administração e os trabalhadores. Ela, porém, tem sido alvo de várias tentativas de adulteração. É isso que não consentiremos e, para que todos estejam bem conscientes daquilo em que consiste a nossa luta, para além da saída em si da reestruturação, vamos expôr as principais divergências e rebater as falsas informações com que a Administração tenta enganar os trabalhadores, servindo-se até de alguns destes que, de boa fé mas manobrados, podem servir de difusores das concepções que vão contra o seu próprio interesse e o dos seus colegas.

EM PRIMEIRO LUGAR FOI ACORDADO QUE:

Os aspirantes passariam para secretários de 1ª classe (letra K).

A Administração, agora, pretende que:

Passem para secretários de segunda classe (letra l)
e diz que

Se passassem para secretários de primeira seria uma passagem administrativa

O QUE É MENTIRA porque:

na Reestruturação está previsto que a passagem de secretários de segunda a primeira se faça pelo simples decurso de certo tempo de serviço e os actuais aspirantes já têm todos muito mais tempo de serviço do que aquele que é exigido para essa passagem. Ou vai-se fazer tábua rasa dos serviços prestados ao longo de muitos anos?

EM SEGUNDO LUGAR FOI ACORDADO QUE:

- 1) Os secretários de terceira classe com mais de 3 anos de serviço na categoria passassem a técnicos tributários de primeira classe;
- 2) Que os secretários de segunda classe passassem a peritos tributários de segunda classe;
- 3) Que os secretários de primeira classe passassem a peritos tributários de primeira classe.

A Administração, agora, pretende que:

Todos eles baixem um degrau, isto é, vão, respectivamente para técnicos tributários de segunda classe, técnicos tributários de primeira classe e peritos tributários de segunda classe.

A razão desta descida é que estes funcionários ficariam muito perto em vencimento daqueles que exercem funções de chefia ou subchefia e dos funcionários do S.P.F.T. .

Ora, a verdade, é que eles só ficam perto porque a Administração resolveu, unilateralmente, cortar as gratificações que estes funcionários tinham e quer criar uma distanciação que a TODOS prejudica porque:

1) Retira a gratificação a todos os que a têm.

2) Baixa a categoria dos outros funcionários pretendendo assim resolver o problema criado pela retirada das gratificações já citadas, quando dessa forma nada resolve, conseguindo simplesmente prejudicar todos, contrapondo-nos que não é dessa maneira que se soluciona o problema pois que só criando uma compensação para a gratificação extinta se obviará aos inconvenientes que essa extinção acarreta.

O abaixamento geral não beneficia ninguém, nem sequer a quem a Administração finge beneficiar.

E diz a mesma Administração que o Sindicato não defende nem dignifica aqueles que têm gratificação quando, na realidade, há mais de 2 meses que apresentámos propostas muito concretas para resolver a situação, as quais foram, em alternativa:

- 1) a) Conceder aos chefes e sub-chefes uma gratificação por exercerem funções de justiça fiscal, diferenciadas das tributárias, como juizes auxiliares e agentes do Ministério Público.
- b) Uma gratificação aos funcionários do S.P.F.T. devido ao ónus do risco que as funções implicam.
- 2) Isenção de horário de trabalho para todos esses funcionários. (Propostas apresentadas em 9/8 ao Subdirector-Geral da Função Pública que aceitou discuti-las com o Director-Geral das Contribuições e Impostos, o que agora ainda não foi feito por falta de iniciativa desta entidade!...).

A Administração erra porquanto:

Na Reestruturação está previsto que a passagem de técnico tributário de segunda a primeira se faça por simples decurso de tempo de serviço e do modo como a Administração quer é pelos concursos já efectuados que se faz a distinção, sem dar qualquer relevância ao tempo de serviço já vencido.

O terceiro assunto ainda pendente é o facto de ainda nada estar definido quanto às remunerações acessórias que têm um limite máximo (aceitável) mas nada mais do que isso e isso é muito pouco, na realidade. Ainda se tivesse um limite mínimo...

Estes são os pontos em litígio, importantes como se está a ver. É aqui que vai incidir o nosso esforço e que, para além da saída em si da Reestruturação, pode levar os trabalhadores a adoptarem formas de luta para fazer prevalecer a sua razão.

É é nisto que os trabalhadores devem acreditar e fazer ver àqueles que, enganados pela Administração, vos vierem apresentar versões diferentes. E voltamos a pedir a VALIOSA ajuda dos delegados sindicais ao promoverem o esclarecimento dos seus colegas em cada local de trabalho e na preparação e dinamização para as lutas que tiverem de ser desencadeadas em apoio à acção da Direcção que lutou, luta e lutará pela defesa dos interesses de

TODOS

Terça-feira, dia 3, iremos ter uma entrevista com o Secretário de Estado da Administração Pública a fim de pressionar a saída do Decreto-Lei, presentemente em poder desta Secretaria de Estado e já com os vistos dados e que, portanto, pode ir já a Conselho de Ministros. Quanto aos problemas anteriormente citados eles serão tratados com o D-G das C. e I. na semana de 9 a 14 do corrente, logo que ele regresse da América Latina.

SETÚBAL E SEDE DO SINDICATO, AOS 2 DIAS DE OUTUBRO DE 1978

A DIRECÇÃO

